



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - ICED
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FEF**

MAILSON TEIXEIRA DE MORAES

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AUTISMO: UMA ANÁLISE DOS
TRABALHOS PUBLICADOS NO GTT INCLUSÃO NO CONBRACE/CONICE**

BELÉM- PA

2022

MAILSON TEIXEIRA DE MORAES

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AUTISMO: UMA ANÁLISE DOS
TRABALHOS PUBLICADOS NO GTT INCLUSÃO NO CONBRACE/CONICE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação Física, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Educação Física.
Orientador: Profa. Ms. Mônica dos Anjos Costa de Rezende e Coorientador Prof. Esp. Adriano Diego Oliveira Ribeiro.

BELÉM - PA

2022

MAILSON TEIXEIRA DE MORAES

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AUTISMO: UMA ANÁLISE DOS
TRABALHOS PUBLICADOS NO GTT INCLUSÃO NO CONBRACE/CONICE**

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Ms Mônica dos Anjos Costa de Rezende
Universidade Federal do Pará – UFPA - Orientador

Prof. Dr. Welington da Costa Pinheiro
Universidade Federal do Pará – UFPA – Examinador

Conceito: _____

BELÉM - PA

2022

“Dedico este trabalho à todos que de alguma forma acreditam em mim e no meu papel profissional”.

Mailson Teixeira de Moraes

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem me dado suporte durante toda a minha trajetória acadêmica, sempre buscando, desde a infância, as melhores condições de estudo para que eu obtivesse as melhores oportunidades de crescimento. Ao meu amigo e colega de profissão, Prof. Adriano Ribeiro, que sempre esteve ao meu lado nos últimos anos e que nunca desistiu de mim, me fazendo buscar forças e ânimo para concluir esta etapa, muito disso é por você. Agradeço também à minha orientadora, Prof^a Ms Monica Rezende, que me abraçou incondicionalmente e aceitou fazer parte desse processo, mesmo as condições não sendo das mais favoráveis. Aos meus demais amigos conhecedores de minhas batalhas, agradeço pelo incentivo diário e por acreditarem sempre.

RESUMO

O estudo propõe enquanto objeto de investigação uma análise sobre os trabalhos publicados nos anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) correspondentes aos anos de 2011, 2015, 2017, 2019 e 2021 sobre Autismo. A metodologia do trabalho estruturou-se em uma revisão sistemática a partir dos anais do CONBRACE/CONICE nos anos de 2011, 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021 dispostos nas páginas dos sites de cada evento. Genericamente falando, foram encontrados um total de 23 publicações que contemplassem a temática sobre autismo. Há atualmente uma ciência para orientar as intervenções para esse público, a Análise Comportamental Aplicada (ABA) que orienta ações que funcionam ou não para o tratamento dos mais variados níveis do TEA, todavia em nenhum dos achados desse trabalho, essa ferramenta foi citada diretamente. Isso nos remete ao desconhecimento do contexto em que muitos vão se inserindo, seja nos estágios supervisionados ou nos espaços de trabalho mesmo, onde prevalecem o empirismo pelo desconhecimento do profissional. Sobre o processo de inclusão, percebeu-se em grande parte dos achados a inclusão como resultado apenas no âmbito da sociabilidade. É preciso ir além. Faz-se necessário um trabalho gradual, especializado e de forma interdisciplinar, visando que a criança se desenvolva na melhor de suas oportunidades, trabalhando em cima dos seus comportamentos operantes, buscando alcançar graus de autonomia e consciência para poder alcançar a real inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Educação Física. Inclusão

ABSTRACT

The study proposes as an object of investigation an analysis of the works published in the annals of the Brazilian Congress of Sport Sciences (CONBRACE) corresponding to the years 2011, 2015, 2017, 2019 and 2021 on Autism. The methodology of the work was structured in a systematic review from the annals of CONBRACE/CONICE in the years 2011, 2013, 2015, 2017, 2019 and 2021 arranged on the pages of the websites of each event. Generally speaking, a total of 23 publications were found that addressed the topic of autism. There is currently a science to guide interventions for this audience, the Applied Behavioral Analysis (ABA) that guides actions that work or not for the treatment of the most varied levels of ASD, however in none of the findings of this work, this tool was cited directly. This leads us to the lack of knowledge of the context in which many are inserted, whether in supervised internships or in work spaces, where empiricism prevails due to the lack of professional knowledge. About the inclusion process, it was noticed in most of the findings the inclusion as a result only in the scope of sociability. It is necessary to go further. It is necessary a gradual, specialized and interdisciplinary work, aiming for the child to develop in the best of their opportunities, working on top of their operating behaviors, seeking to achieve degrees of autonomy and awareness in order to achieve real inclusion.

KEYWORDS: Autism. Physical Education. Inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. REVISÃO DE LITERATURA	21
1.1. Um breve histórico sobre Autismo.....	21
1.2. Conceitos e caracterização do Autismo	22
2. METODOLOGIA	28
2.1. O autismo no grupo de trabalho temático “inclusão” no CONBRACE/CONICE.	28
3. RESULTADOS	30
3.1. Organização e discussão sobre o tema Autismo (Grupo de Trabalho Temático Inclusão/Inclusão e Diferença)	30
2.2.1 Quadros de organização das publicações sobre Autismo no CONBRACE/CONICE	31
2.2.2. Quadro de categorização dos artigos do CONBRACE no GTT Inclusão/Inclusão e Diferença (2011-2021) e Análise das categorias encontradas a partir de suas aproximações de estudo.....	41
1. DISCUSSÃO	49
4.1 Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): I Perfil do Indivíduo com TEA.....	49
4.2. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): II Utilização da Equoterapia.....	49
4.3. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): III Jogos e Brincadeiras (Lúdico).	50
4.4. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): IV Autismo e Regime Remoto.....	51
4.5. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): V Proposições na Educação Física Escolar.	51
4.6. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): VI Expressão Corporal (Música e Dança).	53
4.6. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): VII Avaliação de Desenvolvimento Motor.	54
4.7. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): VIII Prática de Lutas.	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

O estudo propõe enquanto objeto de investigação uma análise sobre os trabalhos publicados nos anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) correspondentes aos anos de 2011, 2015, 2017, 2019 e 2021 sobre Autismo. Este é um evento científico realizado bianualmente pelo CBCE (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte)¹ que disponibiliza as produções e edita sua própria revista. Tais trabalhos são considerados de grande qualidade e contribuição para o meio acadêmico e social sobre assuntos relevantes da área do conhecimento da Educação Física (EF). Sua periodicidade é atualizada e obtém bastante prestígio no sistema Qualis/Capes.

Estudos desta natureza agem como um termômetro ou parâmetros para discussões, neste caso, o autismo, e suas variâncias enquanto uma abertura de inclusão para indivíduos em seus respectivos meios relacionais. Ainda com poucas perspectivas pontuais, é possível que percebamos em passos curtos os avanços que a atenção destes agentes vem sendo discutida e o trato disseminado em algumas pesquisas.

Por se tratar de algo ainda patologizado e com alguns estigmas ou sem um trato adequado, o Autismo acaba por ser um desafio enorme para docentes, uma vez que, o contato na graduação com o tema é mais que superficial, muitas vezes inexistente. No entanto, somos confrontados com a realidade desse público nos estágios supervisionados, lidando, na medida do possível, de forma empírica e aleatória com o aluno autista.

Nas observâncias feitas, empiricamente, e que, sobretudo inquietou-me e trouxe-me a este trabalho, foi o fato de pouco se ouvir, literalmente, falar em Autismo, na graduação. Do ponto de vista da produção do conhecimento, na dimensão do compartilhamento de produções no campo, é raro o contato com materiais produzidos sobre autismo, mesmo em disciplinas que oportunizam esse debate como as direcionadas aos públicos especiais,

¹Criado em 1978, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) é uma entidade científica que congrega pesquisadores ligados à área de Educação Física/Ciências do Esporte. Organizado em Secretarias Estaduais e Grupos de Trabalhos Temáticos, liderados por uma Direção Nacional, possui representações em vários órgãos governamentais, é ligado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e está presente nas principais discussões relacionadas à área de conhecimento.

O seu evento científico nacional, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), realizado a cada dois anos, está entre os principais do país. Além disso, são realizados periodicamente congressos estaduais e ou regionais, bem como encontros dos Grupos de Trabalho Temáticos, sempre de relevada importância e contando com ampla participação da comunidade acadêmica. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/historia.php>>. Acesso em 11.01.2020.

atividade física adaptada e o próprio estágio supervisionado, que apontem suas prováveis causas e possibilidades de intervenção, enquanto professores de educação física.

Em relação a minhas vivências profissionais na área, pude atuar num período de 3 semestres, durante a graduação, em um espaço de terapia multidisciplinar voltadas especialmente para o público com diagnóstico de autismo e suas associações, chamado Espaço Arima, localizado em Ananindeua – PA. O grupo de estagiários e professores de Educação Física trabalhava especificamente com Atividades Aquáticas e Ginástica. A faixa etária variava de bebês até jovens de 17 anos, em horários separados, sendo cada um apresentando um prontuário específico, alguns com outras deficiências associadas. Essa vasta diversidade somada ao período que estive em contato me proporcionou uma vasta experiência, de certa forma empírica.

Atendo-me às experiências mais diretivas, como ao campo em que, enquanto estudante de EF, e tendo os Estágios Supervisionados da Faculdade como laboratório prático da docência, pude perceber que há carência de debate/discussão acerca da temática do Autismo nas aulas de educação física que apontem um norte em orientações sobre como intervir na inserção desse aluno nas aulas de educação física garantido a esse aluno um direito por lei. Além de mim, outras pessoas na turma também tiveram a oportunidade de trabalhar no mesmo espaço de terapias para autistas e mesmo para nós, lidar com o público autista no espaço escolar, durante o Estágio Supervisionado, foi um grande desafio, quem dirá aos demais alunos que nunca tiveram contato com pessoas dentro do espectro.

Refletindo sobre o processo de formação, pude perceber que mesmo nas escolas ou em clubes, e até mesmo nos estágios, há uma lacuna no processo de formação e de como ainda é persistente ou resistente o aprendizado de um autista. Algo alarmantemente que nos coloca na parede e nos desafios do cotidiano do processo de ensino e aprendizagem, defrontando sobre como ultrapassar as barreiras e alcançar resultados positivos, pois, enquanto Professor de EF e nas proposições do âmbito da saúde que o curso tem amparado pelo Projeto Político Pedagógico da maioria das Universidades. Assim, é algo que devemos dar o devido trato e buscar sempre conhecimentos à frente sobre tal abordagem.

Em suma, é a partir de todas as questões aqui levantadas frente ao processo de inquietações e relevância do assunto para a Educação Física enquanto área de conhecimento, é que o trabalho ganha forma e passa a abrir uma janela de discussão e pesquisa. Desta forma,

uma análise sistemática de buscas em bases de produções serve para se ter um parâmetro de como a produção acadêmica sobre autismo e inclusão está sendo debatida e publicada, fomentando debates sólidos e contribuindo cientificamente para a comunidade em geral. Sendo assim, coube problematizar neste assunto: Como encontra-se o tema Autismo nas produções dos trabalhos publicados nos anais do CONBRACE/CONICE?

Ademais, estabeleceu-se como objetivo geral; analisar os artigos com o tema autismo e seu debate e publicação nos anais do CONBRACE/CONICE 2011 - 2021. Já os objetivos específicos, apresentam-se como: 1) identificar quais as principais atividades/assuntos estão sendo relacionados ao tema Autismo nos trabalhos publicados no CONBRACE/CONICE; 2) categorizar as publicações sobre Autismo nos referidos anais de acordo com seus objetivos e procedimentos metodológicos.

A metodologia do trabalho estruturou-se em uma revisão sistemática a partir dos anais do CONBRACE/CONICE nos anos de 2011, 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021 dispostos nas páginas dos sites de cada evento. Nas páginas de cada evento foi feita a busca do link dos anais e após isso a busca pelo Grupo de Trabalho Temático (GTT) Inclusão e Diferença, assim, recorreu-se às produções direcionadas à temática Autismo, analisando o título das publicações. Tais processos foram realizados nos seis sites do CONBRACE/CONICE nos anais já mencionados.

Para uma segunda etapa em que coube a análise, recorreu-se à construção de quadros de organização, classificando-os, primeiramente, pelo recorte temporal deste trabalho. A partir disso, foi feita uma leitura integralmente do material e à frente, lançamentos sobre as análises dos dados obtidos. Após, foi utilizado quadros de categorização no qual os trabalhos foram relacionados às temáticas fechadas em subgrupos em termos recorrentes que apareciam no decorrer da análise. Partindo disso, foi possível fazer a análise e discussão mais sólida sobre questões apresentadas no material encontrado.

Em níveis de organização e fins de clareza, as estruturas do trabalho caracterizam-se basicamente em duas seções. Na primeira, encontra-se a Revisão da Literatura: com um breve aporte histórico e conceitual sobre Autismo e Inclusão, assim como, a relação da Educação Física e suas propostas sobre o assunto. Na próxima, aponta-se o Autismo no GTT – Inclusão, com as temáticas, procedimentos metodológicos, bem como, apresentação, descrição e análise das publicações encontradas. Para fins conclusivos, as Considerações

Finalis para fazer o apanhado do que foi discorrido e as Referências utilizadas para a composição do arcabouço teórico aplicado.

1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1. Um breve histórico sobre Autismo

Apesar da história do Autismo, em termos de conceito, ser relativamente recente, ela está associada diretamente à história mais longa das doenças mentais e retardo mental. O autismo foi descrito inicialmente por Eugen Bleuler como um sintoma pertencente ao diagnóstico de esquizofrenia, causador de um afastamento do indivíduo da realidade (BLEULER, 1911).

Porém seu pleno reconhecimento como uma categoria separada de outros transtornos, como esquizofrenia na infância ou o retardo mental, foi sendo trabalhado gradativamente, sendo a maior parte das histórias de autismo se iniciando nos anos 40, através das pesquisas de Leo Kanner (autismo infantil) e Hans Asperger (síndrome de Asperger).

De acordo com Kanner (1943), as principais características do autismo eram, entre outras, a incapacidade de se relacionar com as pessoas; falha no uso da linguagem para fins de comunicação em meio social; resistência à mudanças e uma preocupação excessiva em manter tudo igual; orientação para objetos ao invés de pessoas; boa capacidade cognitiva-intelectual; falta de resposta ao ambiente; rígida atenção à rotinas e tumulto emocional quando rituais são perturbados; linguagem incomum que incluía tendência a reproduzir a fala de respostas literais e utilização de pronomes inadequadamente.

Para Kanner a maioria das crianças autistas tinham uma inteligência acima da média, no entanto essa perspectiva não é compartilhada pela maioria dos pesquisadores e estudiosos do campo atualmente.

Logo após a publicação de Kanner (1943), Hans Asperger descreveu uma síndrome semelhante, também caracterizada por limitações sociais e interesses obsessivos. Em contraste com as descrições presentes no autismo em Kanner, os indivíduos com a Síndrome de Asperger apresentavam-se mais típicos em seu desenvolvimento da linguagem. Asperger (1944) retratou que a fala desse grupo de indivíduos, apesar de não apresentar atrasos, ainda assim era incomum e estereotipada. Os aspectos não verbais de sua comunicação também eram estranhos, envolvendo expressões faciais apáticas e gestos inapropriados.

Anos mais tarde outros pesquisadores levaram o trabalho de Asperger (1944) ao foco de plateias profissionais numa tentativa de diferenciar uma forma de autismo que não se

encaixava ao estereótipo de Kanner de crianças que não se comunicavam. Atualmente existe debate acerca de haver realmente uma diferença entre crianças com autismo e com alto funcionamento e crianças com Síndrome de Asperger.

1.2. Conceitos e caracterização do Autismo

Para entender melhor os conceitos atuais sobre Autismo se faz necessário entender os contextos nos quais ele está inserido. Nesse caso existem duas classificações internacionais onde o mesmo está inserido e que são o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e a CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde.)

A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) é uma das principais ferramentas epidemiológica do cotidiano médico. Desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tem como principal função monitorar a incidência e prevalência de doenças, através de uma padronização universal das doenças, problemas de saúde pública, sinais e sintomas, queixas, causas externas para ferimentos e circunstâncias sociais, apresentando um panorama amplo da situação em saúde dos países e suas populações.

Atualmente a versão em vigência é a CID-11, que trouxe grandes mudanças a cerca da classificação do Autismo, em relação à versão anterior, CID-10. Essa versão trazia vários diagnósticos dentro dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD — sob o código F84), como: Autismo Infantil (F84.0), Autismo Atípico (F84.1), Transtorno Desintegrativo da Infância (F84.3), Transtorno com Hipercinesia Associada a Retardo Mental e a Movimentos Estereotipados (F84.4), Síndrome de Asperger (F84.5), Outros TGD (F84.8) e TGD sem Outra Especificação (F84.9).

A nova versão da classificação une todos esses diagnósticos no Transtorno do Espectro do Autismo (código 6A02 — em inglês: Autism Spectrum Disorder — ASD), as subdivisões passaram a ser apenas relacionadas a prejuízos na linguagem funcional e deficiência intelectual. A intenção é facilitar o diagnóstico e simplificar a codificação para acesso a serviços de saúde.

De acordo com a nova classificação (código 6A02) Transtorno do Espectro do Autismo, segundo CID-11, é caracterizado por:

O transtorno do espectro autista é caracterizado por déficits persistentes na capacidade de iniciar e manter interação social recíproca e comunicação social, e por uma série de padrões de comportamento, interesses ou atividades restritos, repetitivos e inflexíveis que são claramente atípicos ou excessivos para o indivíduo. idade e contexto sociocultural. O início do transtorno ocorre durante o período de desenvolvimento, geralmente na primeira infância, mas os sintomas podem não se manifestar totalmente até mais tarde, quando as demandas sociais excedem as capacidades limitadas. Os déficits são suficientemente graves para causar prejuízo no funcionamento pessoal, familiar, social, educacional, ocupacional ou em outras áreas importantes do funcionamento e geralmente são uma característica abrangente do funcionamento do indivíduo observável em todos os contextos, embora possam variar de acordo com o social, educacional ou outro contexto. Indivíduos ao longo do espectro exibem uma gama completa de funcionamento intelectual e habilidades de linguagem.

O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) é um manual diagnóstico e estatístico feito pela Associação Americana de Psiquiatria para definir como é feito o diagnóstico de transtornos mentais, sendo uma importante ferramenta utilizada por psicólogos, fonoaudiólogos, médicos e terapeutas ocupacionais. A versão atualizada (DSM-5) saiu em maio de 2013 e substituiu o DSM-IV criado em 1994 e revisado em 2000. Desde o DSM-I, criado em 1952, esse manual tem sido uma das bases de diagnósticos de saúde mental mais usadas no mundo.

Na 5ª edição do DSM os vários diagnósticos de Autismo foram agrupados num conceito mais geral e ampliado, o Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com o manual o TEA é uma condição de desenvolvimento complexa que envolve desafios persistentes com a comunicação social, interesses restritos e comportamento repetitivo. Embora o autismo seja considerado um transtorno ao longo da vida, o grau de prejuízo no funcionamento devido a esses desafios varia entre indivíduos com autismo.

De acordo com o Manual TEA, os primeiros sinais para o diagnóstico podem ser percebidos pelos pais/cuidadores ou pediatras antes mesmo que a criança atinja um ano de idade. No entanto, os sintomas geralmente se tornam mais visíveis quando a criança tem 2 ou 3 anos de idade. Em alguns casos, o comprometimento funcional relacionado ao autismo pode ser leve e não aparente até que a criança comece a escola, após esse momento os seus déficits podem ser mais aparentes quando entre seus pares.

Essa nova classificação considera o diagnóstico com ênfase de prejuízo em duas áreas: a comunicação social, em relação à fala; expressar e reconhecer emoções; dificuldade de iniciar e sustentar relações entre outras e a área de interesses fixos, restritos e estereotipados.

Na área de comunicação, segundo o DSM-5, tem-se: Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, e dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais; Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal, ou déficits na compreensão e uso gestos a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal; Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas, ou em fazer amigos a ausência de interesse por pares.

Em relação aos interesses fixos, restritos o manual exemplifica: Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (por exemplo, estereotipias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas); Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (como sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente); Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (por exemplo, forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos); Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (como indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento).

Apesar da abrangência do diagnóstico ter sido ampliada, é necessário três condicionantes para que a criança seja diagnosticada com TEA: Sintomas apresentados desde a primeira infância (não relacionado ao diagnóstico precoce ou tardio); Ser clinicamente significativo (*precisa de ajuda); e não pode ser melhor explicado por deficiência intelectual e por atrasos no desenvolvimento. No que diz respeito ao aspecto da significância clínica o TEA se classifica em três níveis.

As causas estão ligadas em três fatores: herança genética (aproximadamente 81%); genético, porém não herdado (aproximadamente 18%) sendo as mutações que ocorrem a

partir dos 30 anos nos pais um fator importante de aumento da probabilidade e o chamado autismo ambiental.

1.3. Autismo e Inclusão

Historicamente, a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil se construiu por meio de conflitos e tensões em buscar uma consolidação de uma atitude social que reconheça e respeite a diferença compreendendo-a como um reordenamento legal, garantindo possibilidades de equidade a todos. Embora avanços legais, sabemos que ainda não se conquistou um nível satisfatório no sentido de se dirimir os efeitos das desigualdades em que grande porção dessa população se encontra.

De acordo com Sawaia (2001) ainda se faz presente, no cotidiano social, um olhar preconceituoso, discriminatório e desrespeitoso em relação aos direitos sociais desses indivíduos. É recorrente identificar ações discriminatórias e infantilizadas direcionadas a esse público, mesmo quando essas pessoas já atingiram a fase adulta, dessa forma, descendo das reais potencialidades e possibilidades deles. Esse cenário gera barreiras para que esses indivíduos possam ter acesso às criações culturais, ocasionando dificuldades para se tornarem protagonistas de suas vidas cotidianas.

Essas barreiras passam a serem quebradas quando por meio de ações legais a comunidade excepcional consegue através de leis ter acesso aos serviços cotidianos como saúde e educação. A respeito do Autismo, no Brasil, há dois marcos na história da garantia de direitos, a Lei Berenice Piana e a Lei Romeu Mion.

A primeira pessoa a conseguir a aprovação de uma lei por meio de iniciativa popular no Brasil é uma mulher chamada Berenice Piana. Sua busca por inclusão para o seu filho deu origem à lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que definiu o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma deficiência e ampliou para as pessoas com autismo todos os direitos estabelecidos para as pessoas com deficiência no país. O texto estabelece o direito dos autistas ao diagnóstico precoce, a tratamentos, terapias e medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além do acesso à educação e à proteção social, ao trabalho e a serviços que proporcionem a igualdade de oportunidades.

A partir da sanção, as pessoas com TEA passaram a ser incluídas nas leis específicas de pessoas com deficiência, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015),

e também nas normas internacionais assinadas pelo Brasil, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Lei 6.949/2000).

Todavia, apesar da criação da lei, a impossibilidade de identificar o autismo visualmente com facilidade ainda gerava uma série de obstáculos ao acesso a atendimentos prioritários e a serviços aos quais os autistas têm direito, como esperar em filas preferenciais ou estacionar em uma vaga para pessoas com deficiência. Com frequência, pessoas com autismo se viam barradas nestes espaços.

Nesse sentido, criou-se a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), em 2020 através da Lei 13.977, conhecida como Lei Romeo Mion e que deve ser emitida de forma gratuita, sob responsabilidade de estados e municípios.

Esses dois marcos legais na história dos direitos da comunidade TEA no Brasil abrem janelas que possibilitam e potencializam o processo de inclusão. No entanto é preciso ir além do apenas estar num espaço, é preciso procedimentos e intervenções que sejam direcionadas ao autista, levando em consideração suas individualidades e necessidades, principalmente nos espaços de intervenção escolar e não-escolar. Entre as ações interventivas para o público autista uma das mais usadas hoje é a Análise Comportamental Aplicada.

A Análise Comportamental Aplicada ou Applied Behavior Analysis, cuja sigla é ABA, é uma ciência cujas intervenções derivam dos princípios do comportamento, tendo como objetivo aprimoramento de comportamentos socialmente relevantes. Em outras palavras, ensinar habilidades que façam diferença na vida dos indivíduos que compõem uma sociedade e para que eles sejam capazes de acessar itens, atividades e ambientes que promovam o seu bem-estar, se tornem independentes e capazes de participar de grupos sociais importantes.

O primeiro estudo em ABA é datado de 1949. Portanto, essa área de investigação científica possui mais de 70 anos e vem produzindo tecnologias capazes de promover o ensino de habilidades a diferentes populações. Especificamente para o tratamento do TEA, intervenções eficazes em diminuir déficits comportamentais estão documentados em centenas de estudos revisados por pares publicados nos últimos 50 anos, fato esse que tornou a ABA o padrão de atendimento para o tratamento de indivíduos com diagnóstico de TEA.

De acordo com Chereguini (2020) o cenário que configura o acesso aos serviços público e privado às pessoas com autismo é crítico, em parte marcado por barreiras sociais e

educacionais, tal como o desconhecimento das práticas baseadas em evidência científica, em parte pelo descrédito da ciência e dos profissionais que a produzem.

Considerando as práticas baseadas em evidências científicas para tratamento do TEA, o exercício físico é uma delas, descrito pelo NPDC (Centro Nacional de Desenvolvimento Profissional) como uma prática emergente e pelo The National Clearinghouse on Autism Evidence and Practice (NCAEP) com uma prática definitiva. Para estes órgãos, via revisões sistemáticas com metanálises, o exercício é uma das práticas que pode ser prescrita, sob determinados parâmetros, objetivando aumento de comportamentos de natureza acadêmica, social e comunicativa, redução de comportamento agressivos, autolesivos e estereotipados, além de benefícios para a saúde do praticante.

Lacerda (2017) explica que comportamento é qualquer atividade de um organismo. Há dois tipos de comportamentos, os incondicionados, que não dependem de aprendizagem a exemplo de respirar, piscar, entre outros. Há também os condicionados, os aprendidos. Estes comportamentos são de uma natureza diferente, são chamados de “comportamentos operantes”, pois ao invés de serem provocados por estímulo anterior, na verdade são evocados com a função de produzir uma consequência para o organismo.

De acordo com o autor, todo o comportamento operante pode ser modificado, mesmo aqueles encobertos e é na compreensão destes comportamentos e em sua modificação precisamente a atuação do profissional de Análise do Comportamento Aplicada.

Segundo Baer, Wolf e Risley (1968) a ciência ABA deve ser utilizada para intervir em comportamentos socialmente relevantes, modificando realmente a vida do sujeito que passa por essa intervenção. De modo que pais das crianças com autismo ou o próprio sujeito, quando capaz de avaliar a si mesmo, deve definir quais os comportamentos realmente relevantes que necessitam ser retirados (por exemplo, comportamentos autolesivos) ou aprendidos (falar, brincar com outras crianças) e intervir naquilo que realmente for importante.

A modificação dos comportamentos inadequados, dentro do processo de ensino, priorizando as intervenções realmente relevantes ao aluno autista, juntamente com o cumprimento das leis e direitos assegurados, levará o indivíduo ao processo genuíno de inclusão, para além dos muros da socialização.

2. METODOLOGIA.

2.1. O autismo no grupo de trabalho temático “inclusão” no CONBRACE/CONICE.

Pesquisa de natureza indireta, tipo revisão de literatura, para a realização do levantamento de natureza qualitativa (MINAYO, 1994), balanço e análise crítica da produção recente, artigos científicos, publicados nos anais do CONBRACE/CONICE nos anos de 2011 a 2021. A análise dos arquivos é feita para conhecer como a composição da temática está disposta nas publicações, bem como serão tratados os dados encontrados e análise para a fundamentação da discussão dos achados. A base de dados da pesquisa foi submetida a uma análise categorial de conteúdo (TRIVINOS, 1987; MINAYO, 1994) a partir das três etapas sugeridas pelos autores: pré-análise (organização do material), descrição analítica dos dados (codificação, categorização e classificação) e análise e interpretação referencial (tratamento, confronto com a teoria e reflexões e posicionamentos).

Ao reportar aos filtros de buscas, o acesso foi feito nos sites dos eventos nos anos do recorte temporal. Neste caso, o acesso ocorreu nos anos de: 2011 (Tema: Ciência & Compromisso Social: implicações na/da educação física e ciências do esporte), 2013 (Tema: Identidade da Educação Física e Ciência do Esporte em Tempos de Megaeventos), 2015 (Tema: Territorialidade e Diversidade Regional no Brasil e na América Latina: suas conexões com a Educação Física e Ciência do Esporte), 2017 (Tema: Democracia e Emancipação: desafios para a Educação Física e Ciências do Esporte na América Latina), 2019 (Tema: O que pode o corpo no contexto atual? Controle, regulação e perda de direitos como desafios para Educação Física e Ciências do Esporte)² e 2021³ (Educação Física e Ciências do Esporte no tempo presente: defender vidas, afirmar as ciências).

² Disponível em:

<<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2009/XVI/index>>
<<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2011/2011>>
<<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2013/5conice/index>>;
<<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/index>>;
<<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2017/7conice>>;
<<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2019/8conice>>. Acesso em 11.09.2020.

³ <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2021/9conice> . Acesso em 04.02.2022

Para um foco mais preciso, o ponto norteador foi o do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Inclusão e Diferença e, nele, a busca de trabalhos que abordassem os assuntos sobre Autismo, sobretudo, àquelas produções que apresentassem propostas interventivas. Em um entendimento mais conciso, destaca-se aqui a caracterização de como os trabalhos são relacionados em um grupo temático.

Neste caso, o GTT foi o Inclusão e Diferença, nele as políticas de abrangências apresentam-se em duas versões, a primeira correspondente aos anos de 2011 e 2013 na qual contempla estudos sobre as especificidades e sentidos da deficiência inerente às pessoas portadoras de necessidades especiais realizadas no âmbito da Educação Física, entendida como área de conhecimento tanto das Ciências Sociais quanto das Biológicas, e a segunda versão dos anos 2015, 2017, 2019 e 2021 na qual amplia a abrangência dessas políticas na relação das Ciências Sociais, Humanas e Biológicas na sociedade, escola e Educação Física, entendendo as diferenças e seus múltiplos sentidos identitários de pessoas posicionadas nas suas classes sociais, econômicas, culturais, de raça/etnia, gênero, religiosidade, com necessidades especiais, etc, e que produzem e são produzidas na inclusão/exclusão.

Mediante aos acessos nas plataformas de sítios digitais do evento, foram consideradas tanto a comunicação oral quanto os pôsteres, ambos alusivos ao tema Autismo. Diante disso, foram encontrados dois trabalhos no ano de 2011, um no ano de 2013, zero no ano de 2015, sete no ano de 2017, nove no ano de 2019 e quatro no ano de 2021, fechando assim, o recorte proposto no trabalho.

Genericamente falando, foram encontrados um total de 23 publicações que contemplassem a temática sobre autismo. Posteriormente, os trabalhos foram indexados de acordo com seus eventos para uma melhor visualização e destaques em seus: títulos, autores, GTT, área predominante e instituição.

Os materiais foram baixados, lidos por completo e separados manualmente, para assim, serem alocados de acordo com as categorias encontradas em um novo quadro, desta vez, de categorização. Assim, pode-se ter um agrupamento de como o cenário produtivo e acadêmico estão dialogando sobre tal assunto. Nesta etapa, houve o agrupamento por relevância de como estavam sendo abordado o tema Autismo e de como está à luz da inclusão e do trato, em seguida, destacar como as possíveis intervenções são apresentadas e aplicadas. O quadro categórico será composto pelos artigos e organizado de acordo com seus: títulos, autores, metodologia e objetivo.

3. RESULTADOS

3.1. Organização e discussão sobre o tema Autismo (Grupo de Trabalho Temático Inclusão/Inclusão e Diferença).

Como busca e alinhamento dos achados, os quadros a seguir estarão dispostos como meio de organização (Ano) e respectivamente como foram encontrados nos GTT's. A partir da seleção das abordagens é que será feito o segundo passo, neste caso, a categorização por aproximação ou analogia do trato da temática (Autismo) com o material analisado. As categorias em que os trabalhos se enquadrarem serão discutidas e postos como ponto de destaque para a condução de um viés crítico/analítico e, assim, chegar-se na resposta da inquietação deste trabalho.

2.2.1 Quadros de organização das publicações sobre Autismo no CONBRACE/CONICE

Quadro 1: Quadro de organização dos artigos do CONBRACE (2011)

ORGANIZAÇÃO DOS ARTIGOS CONBRACE (2011)				
Título	Autor (a)/(es)	Atuação Predominante	Instituição	Estado/Região
1- A educação “física” e o sujeito com autismo: linguagens e movimentos de um fenômeno.	(1) Vanessa Marocco; (2) Neusa Dendena Kleinubing	Educação Física Escolar	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).	RS/Sul
2- Educação física, autismo e inclusão: ressignificando a prática pedagógica.	(1) José Francisco Chicon; (2) Mônica Frigini Siqueira	Educação Física Escolar	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).	ES/Sudeste

Fonte: Quadro de organização dos trabalhos do CONBRACE 2011

Quadro 2: Quadro de organização dos artigos do CONBRACE (2013)

ORGANIZAÇÃO DOS ARTIGOS CONBRACE (2013)				
Título	Autor (a)/(es)	Atuação Predominante	Instituição	Estado/Região
1- Metodologia de abordagem corporal para autistas – estudo de caso.	(1) Elvio Marcos Boato; (2) Augusto Parras Albuquerque; (3) Soraya Valenza Diniz; (4) Tânia Mara Vieira Sampaio	Educação Física Não Escolar	Universidade Católica de Brasília (UCB).	DF/Centro-Oeste

Fonte: Quadro de organização dos trabalhos do CONBRACE 2013

Quadro 3: Quadro de organização dos artigos do CONBRACE (2017)

ORGANIZAÇÃO DOS ARTIGOS CONBRACE (2017)				
Título	Autor (a)/(es)	Atuação Predominante	Instituição	Estado/Região
1- Corporalidade e manifestações simbólicas: ressignificações a partir do ensino das danças populares para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo.	(1) Humberto Coelho da Silva; (2) Maria das Graças Carvalho Silva de Sá; (3) Erineusa Maria da Silva; (4) Hanele Ribeiro Covre; (5) Flaviane Salles; (6) Daiane Matheus Pessoa.	Educação Física Não Escolar	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).	ES/Sudeste
2- Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo.	(1) Gabriel Vighini Garozzi; (2) Marcos Ferreira Coelho; (3) José Francisco Chicon; (4) Ivone Martins de Oliveira		Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).	ES/Sudeste
3- O trabalho colaborativo da equoterapia como apoio pedagógico para crianças com o transtorno do espectro autista.	(1) José Ricardo da Silva Ramos; (2) Roberta F. Fernandes; (3) Lucas F. Paz	Educação Física Não Escolar	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	RJ/Sudeste

4- A equoterapia no desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista.	(1) Crislayne de Oliveira da Silva; (2) Camila Sonja Chagas Braga Borges; (3) Altair Cabral Junior; (4) Jhone Lopes dos Santos; (5) Gabriela Elisangela Galdino Macedo; (6) José Ricardo da Silva Ramos	Educação Física Não Escolar	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).	RJ/Sudeste
5- O PIBID como facilitador na inclusão de um aluno com transtorno do espectro autista nas aulas de educação física escolar.	(1) Gabriela E. Galdino Macedo; (2) Crislayne de O. da Silva; (3) Nathália A. Barroso; (4) Flávia C. Viana; (5) Jhone L. dos Santos; (6) Roberta F. Fernandes	Educação Física Escolar	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).	RJ/Sudeste
6- Jogos cooperativos na perspectiva inclusiva para jovens e adultos com TEA.	(1) Maria das Graças Carvalho Silva de Sá; (2) Jeane Moraes Lourenço; (3) Ingrid Rosa Carvalho; (4) Gabriel de Sá Ferreira	Educação Física Não Escolar	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).	ES/Sudeste
7- O autismo e a educação inclusiva.	(1) Jose Antonio Casais Casais.	Educação Física Escolar	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	RJ/Sudeste

Fonte: Quadro de organização dos trabalhos do CONBRACE 2017

Quadro 4: Quadro de organização dos artigos do CONBRACE (2019)

ORGANIZAÇÃO DOS ARTIGOS				
CONBRACE (2019)				
Título	Autor (a)/(es)	Atuação Predominante	Instituição	Estado/Região
1- Aspectos relacionais da criança com autismo em situação de brincadeira.	(1) Fabiana Zanol Araujo; (2) José Francisco Chicon	Educação Física Não Escolar	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).	ES/Sudeste
2- Perfil sociodemográfico e o nível de qualidade de vida de pessoas com deficiência intelectual e autismo atendidas pelo projeto Prática Pedagógica de Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência.	(1) Ingrid Rosa Carvalho; (2) Gabriel de Sá Ferreira; (3) Daiane Matheus Pessoa; (4) Humberto Coelho da Silva; (5) Maria das Graças Carvalho Silva de Sá.	Educação Física Não Escolar	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).	ES/Sudeste
3- Desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças com TEA através da educação física.	(1) Rodrigo Coutinho Santos; (2) Carlos Wagner Ferreira Farias;	Educação Física Escolar	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).	AP/Norte

	(3) Dennys Max dos Santos da Conceição; (4) Álvaro Adolfo Duarte Alberto; (5) Demilto Yamauchi da Pureza; (6) Wollner Materko.			
4- A psicomotricidade e a educação física adaptada no desenvolvimento de crianças com TEA.	(1) Jailma Melo; (2) Simone de La Roque; (3) Paula Carolina Silva Santos; (4) Jamila Mariana da Cruz; (5) Julian Oliveira da Rocha; (6) Layse de Oliveira Monteiro	Educação Física Não Escolar	Universidade do Estado do Pará (UEPA).	PA/Norte
5- Oportunidades de estimulação motora e o desenvolvimento de crianças autistas.	(1) Jefferson Martins de Souza	Educação Física Não Escolar	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).	RN/Nordeste

6- Educação física inclusiva garantia do lazer para alunos autistas de uma escola de aplicação em Belém – PA.	(1) Gabriel de Matos Cravo; (2) Rubens Batista Alcântara; (3) Erick Azuelo da Silva; (4) Davi dos Santos Ferreira; (5) Renan Teixeira dos Santos.	Educação Física Escolar	Universidade do Estado do Pará (UEPA).	PA/Norte
7- Sentidos e significados atribuídos por jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo através da vivência do Rock n`Roll,	(1) Humberto C. da Silva; (2) Gabriel de Sá Ferreira; (3) Ingrid R. Carvalho; (4) Maria das Graças C. Silva de Sá.	Educação Física Não Escolar	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).	ES/Sudeste
8- A cultura corporal de movimento e práticas equoterápicas como forma de autonomia e inclusão social de alunos-praticantes com TEA.	(1) Joyce da S. Heinze; (2) Renata B. da Cruz; (3) Marcelle C. Volpasso; (4) Anna Elisa do P. Peixoto; (5) Vanessa M. de Souza; (6) José R. da S. Ramos	Educação Física Não Escolar	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).	RJ/Sudeste

<p>9- Karatê e inclusão: olhares sobre uma criança down dentro do espectro autista.</p>	<p>(1) David Mangabeira Gomes; (2) Bruno L. D. Santa Brígida; (3) Jeanne L. Oliveira; (4) Lucas A. Pamplona Pereira; (5) Marta Genú Soares; (6) Vera S. P. Gomes de Sousa</p>	<p>Educação Física Não Escolar</p>	<p>Universidade do Estado do Pará (UEPA).</p>	<p>PA/Norte</p>
---	---	------------------------------------	---	-----------------

Fonte: Quadro de organização dos trabalhos do CONBRACE 2019

Quadro 5: Quadro de organização dos artigos do CONBRACE (2021)

ORGANIZAÇÃO DOS ARTIGOS CONBRACE (2021)				
Título	Autor (a)/(es)	Atuação Predominante	Instituição	Estado/Região
As contribuições da prática desportiva do Judô para o aluno com transtorno do espectro autista.	(1) Lorena Rodrigues Vieira Mendes; (2) Anne Nascimento Campos; (3) Moisés Augusto de Oliveira Borges; (4) Laryssa Rangel Guerra; (5) Thiago de Sousa Rosa; (6) Ricardo Ruffoni.	Educação Física não escolar.	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	RJ/Sudeste
Atendimento a uma pessoa com TEA no regime remoto.	(1) Guilherme de Oliveira Santos Silva; (2) Gabriela Raissa da Silva Soares; (3) Matheus Melo Preisser; (4) Mylena Tabelini; (5) Júlia Rabelo de Souza.	Educação Física não escolar.	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS)	MG/ Sudeste
Ações pedagógicas na orientação dos familiares para atuar na mediação da brincadeira das	(1) José Francisco Chicon; (2) Flaviane Lopes Siqueira Salles; (3) Fabiana Zanol Araújo; (4) Gabriela de	Educação Física não escolar.	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	ES/Sudeste

crianças com autismo na pandemia.	Vilhena Muraca; (5) Maria das Graças Carvalho Silva de Sá.			
Ações pedagógicas para a inclusão de crianças com autismo nas aulas de educação física.	(1) Gabriel Vighini Garozzi; (2) José Francisco Chicon.	Educação Física escolar.	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	ES/Sudeste

Fonte: Quadro de organização dos trabalhos do CONBRACE 2021

2.2.2. Quadro de categorização dos artigos do CONBRACE no GTT Inclusão/Inclusão e Diferença (2011-2021) e Análise das categorias encontradas a partir de suas aproximações de estudo.

Quadro 7: Quadro de categorização dos artigos do CONBRACE no GTT Inclusão/Inclusão e Diferença (2011-2021)

CATEGORIZAÇÃO DOS ARTIGOS				
GTT Inclusão/Inclusão e Diferença (2011-2021)				
CATEGORIA	Título (Ano)	Autor	Objetivo	Metodologia
I - PERFIL DO INDIVÍDUO COM TEA	1- Perfil sociodemográfico e o nível de qualidade de vida de pessoas com deficiência intelectual e autismo atendidas pelo projeto Prática pedagógica de Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência. (2019)	Ingrid Rosa Carvalho (1); Gabriel de Sá Ferreira (2); Daiane Matheus Pessoa (3); Humberto Coelho da Silva (4); Maria das Graças Carvalho Silva de Sá (5).	Compreender as contribuições das ações do projeto na qualidade de vida dos seus beneficiários.	Estudo quali-quantitativo focado na análise do perfil sócio demográfico e nível de qualidade de vida.
II - UTILIZAÇÃO DA EQUOTERAPIA	1- O trabalho colaborativo da equoterapia como apoio pedagógico para crianças com o transtorno do espectro autista. (2017)	José Ricardo da Silva Ramos (1); Roberta Fortes Fernandes (2); Lucas Ferreira Paz (3).	Compreender os processos de escolarização de um aluno com TEA no contexto da perspectiva sociointeracionista.	Estudo de caso.

	2- A equoterapia no desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista. (2017)	Crislayne de Oliveira da Silva (1); Camila Sonja Chagas Braga Borges (2); Altair Cabral Junior (3); Jhone Lopes dos Santos (4); Gabriela Elisangela G. Macedo (5); José Ricardo da Silva Ramos (6).	Analisar as sessões de equoterapia e acompanhar possíveis alterações no quadro global do praticante.	Estudo qualitativo realizado com crianças com TEA.
	3- A cultura corporal de movimento e as práticas equoterápicas como forma de autonomia e inclusão social de alunos-praticantes com transtorno do espectro autista. (2019)	Joyce da Silva Heinze (1); Renata Barbosa da Cruz (2); Marcelle Cabral Volpasso (3); Anna Elisa do Prado Peixoto (4); Vanessa Marília de Souza (5); José Ricardo da Silva Ramos (6).	Observar de que forma a cultura corporal de movimento e as práticas equoterápicas podem contribuir no desenvolvimentos de alunos com autismo.	Pesquisa-ação, com intervenções práticas.
III - JOGOS E BRINCADEIRAS (LÚDICO)	1- Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo. (2017)	Gabriel Vighini Garozzi (1); Marcos Ferreira Coelho (2); José Francisco Chicon (3); Ivone Martins de Oliveira (4).	Compreender os aspectos reacionais de uma criança com autismo na relação com outras crianças e situações de brincadeiras.	Pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso.

	2- Jogos cooperativos na perspectiva inclusiva para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo. (2017)	Maria das Graças Carvalho Silva de Sá (1); Jeane Moraes Lourenço (2); Ingrid Rosa Carvalho (3); Gabriel de Sá Ferreira (4).	Analisar e discutir as contribuições dos jogos cooperativos na perspectiva inclusiva.	Pesquisa qualitativa de caráter descritiva e exploratória.
	3- Aspectos relacionais da criança com autismo em situação de brincadeira. (2019)	Fabiana Zanol Araujo (1); José Francisco Chicon (2).	Compreender a constituição de vínculo entre a criança com autismo e o professor/brinquedista.	Estudo de caso.
IV – AUTISMO E REGIME REMOTO	1- Ações pedagógicas na orientação dos familiares para atuar na mediação da brincadeira das crianças com autismo na pandemia.	José Francisco Chicon (1); Flaviane Lopes Siqueira Salles (2); Fabiana Zanol Araújo (3); Gabriela de Vilhena Muraca (4); Maria das Graças Carvalho Silva de Sá (5).	Analisar as ações pedagógicas organizadas pela equipe de trabalho do LAEFA no modelo E-arte, relacionadas a orientação dos familiares para atuar no papel de brinquedistas na mediação da brincadeira das crianças com autismo em casa.	Pesquisa qualitativa de caráter descritiva e exploratória
	2- Atendimento a uma pessoa com TEA no regime remoto.	Guilherme de Oliveira Santos Silva (1); Gabriela Raissa da Silva Soares (2); Matheus Melo	Documentar a trajetória do projeto atendendo em regime remoto uma beneficiária autista	Relato de experiencia.

		Preisser (3); Mylena Tabelini (4); Júlia Rabelo de Souza (5).		
V- PROPOSIÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	1- Educação física, autismo e inclusão: ressignificando a prática pedagógica. (2011)	José Francisco Chicon (1); Mônica Frigini Siqueira (2)	Compreender e analisar o processo de construção de práticas pedagógicas inclusivas no contexto das aulas de Educação Física, com a presença de um aluno autista.	Estudo de caso com procedimentos da pesquisa-ação.
	2- O PIBID como facilitador na inclusão de um aluno com transtorno do espectro autista nas aulas de Educação Física escolar. (2017)	Gabriela Elisângela Galdino Macedo (1); Crislayne de Oliveira da Silva (2); Nathália Afonso Barroso (3); Flávia Carolina Viana (4); Jhone Lopes dos Santos (5); Roberta F. Fernandes (6).	Relatar a experiência vivida na inclusão de um aluno com TEA nas aulas de educação física.	Relato de experiência.
	3- Desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças com TEA através da educação física. (2019)	Rodrigo C. Santos (1); Carlos Wagner F. Farias (2); Dennys Max dos S. da Conceição (3); Álvaro Adolfo D. Alberto (4); Demilto Y. da Pureza (5); Wollner Materko (6).	Realizar um levantamento bibliográfico que aborde o desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças com TEA nas aulas de EF.	Revisão de Literatura.

	4- Educação física inclusiva: garantia do lazer para alunos autistas de uma escola de aplicação em Belém – PA. (2019)	Gabriel de Matos Cravo (1); Rubens Batista Alcântara (2); Erick Azuelo da Silva (3); Davi dos Santos Ferreira (4); Renan Teixeira dos Santos (5).	Compreender a relevância das aulas de educação física a partir da inclusão.	Relato de experiência.
	5- A educação “física” e o sujeito com autismo: linguagens e movimentos de um fenômeno. (2011)	Vanessa Marocco (1); Neusa Dendena Kleinubing (2).	Encontrar na educação física possibilidades de diálogo para repensar o sujeito com autismo e o próprio autismo no contexto da educação.	Fenomenologia.
	6- O autismo e a educação inclusiva. (2017)	Jose Antonio Casais Casais.	Discutir teórico-metodologicamente sobre a investigação para a construção de sequências de atividades na educação inclusiva.	Semiótica.
	7- Ações pedagógicas para inclusão da criança com	Gabriel Vighini Garozzi (1); José Francisco Chicon (2).	Identificar as ações pedagógicas realizadas pela professora de Educação Física para propiciar a	Estudo de caso do tipo etnográfico

	autismo nas aulas de educação física		participação do aluno com autismo nas aulas.	
VI - EXPRESSÃO CORPORAL (MÚSICA E DANÇA)	1- Corporalidade e manifestações simbólicas: ressignificações a partir do ensino das danças populares para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo. (2017)	Humberto Coelho da Silva (1); Maria das Graças Carvalho Silva de Sá (2); Erineusa Maria da Silva (3); Hanele Ribeiro Covre (4); Flaviane Salles (5); Daiane Matheus Pessoa (6).	Narrar e discutir as manifestações simbólicas produzidas por jovens e adultos com DI e TEA participantes do projeto de dança.	Pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória.
	2- Sentidos e significados atribuídos por jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo através da vivência do rock n`roll. (2019)	Humberto Coelho da Silva (1); Gabriel de Sá Ferreira (2); Ingrid Rosa Carvalho (3); Maria das Graças Carvalho Silva de Sá (4).	Analisar os diversos sentidos e significados atribuídos por jovens e adultos com DI e TEA a partir da vivencia com o rock n`roll.	Pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória.
	3- Metodologia de abordagem corporal para autistas – estudo de caso. (2013)	Elvio Marcos Boato (1); Augusto Parras Albuquerque (2); Soraya Valenza Diniz (3); Tânia Mara Vieira Sampaio (4).	Analisar as contribuições de oficinas de atendimento especializado baseadas na corporeidade para um aluno autista.	Estudo de caso.

VII - AVALIAÇÃO DE DESENVOLVIM ENTO MOTOR	1- A psicomotricidade e a educação física adaptada no desenvolvimento de crianças com TEA. (2019)	Jailma Melo (1); Simone de La Roque (2); Paula Carolina Silva Santos (3); Jamila Mariana da Cruz (4); Julian Oliveira da Rocha (5); Layse de Oliveira Monteiro (6).	Avaliar o desenvolvimento de crianças com TEA através da psicomotricidade.	Pesquisa de campo.
	2- Oportunidades de estimulação motora e o desenvolvimento de crianças autistas. (2019)	Jefferson Martins de Sousa .	Analisar o desenvolvimento motor e as oportunidades de estimulação ofertadas às crianças em seus lares.	Pesquisa descritiva com delineamento transversal.
VIII - PRÁTICA DE LUTAS	1- Karatê e inclusão: olhares sobre uma criança down dentro do espectro autista. (2019)	David Mangabeira Gomes (1); Bruno Luiz Diniz Santa Brígida (2); Jeanne Lima Oliveira (3); Lucas Augusto Pamplona Pereira (4); Marta Genú Soares (5); Vera Solange Pires Gomes de Sousa (6).	Analisar o desempenho social de uma criança com síndrome de down e autismo, frente ao convívio com outras crianças sem necessidades especiais.	Estudo de Caso
	2- As contribuições da prática desportiva do judô para o aluno	Lorena Rodrigues Vieira Mendes (1); Anne Nascimento Campos (2) Moisés Augusto de Oliveira	Investigar as contribuições da prática desportiva do judô para o	Pesquisa do tipo descritiva com abordagem qualitativa,

	com transtorno do espectro autista	Borges (3); Laryssa Rangel Guerra (4); Thiago de Sousa Rosa (5); Ricardo Ruffoni (6).	desenvolvimento global do aluno com TEA	
--	------------------------------------	---	---	--

Fonte: Quadro de categorização dos trabalhos do CONBRACE 2009-2019

1. DISCUSSÃO

4.1 Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): I Perfil do Indivíduo com TEA.

A primeira categoria desse trabalho é composta pelo artigo Perfil Sociodemográfico e o nível de qualidade de vida de pessoas com deficiência intelectual e autismo atendidas pelo projeto “prática pedagógica de educação física adaptada para pessoas com deficiência”. De acordo com o estudo, de um público de 23 indivíduos, 95 % reconheceram melhoras significativas na autonomia, na sensação de bem-estar e na realização de atividades diárias. Quanto as propostas de intervenção que levaram aos resultados não foram explicitadas no estudo, ficando apenas mencionado por “práticas corporais culturalmente instituídas”. Apesar do público alvo do projeto não ser identificado com os diagnósticos para DI e/ou TEA a proporção presente no projeto, entre gênero masculino e feminino, se assemelha com a proporção de incidência de autismo, maior incidência em homens em relação as mulheres.

4.2. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): II Utilização da Equoterapia.

No trabalho 1, a atividade de equoterapia é utilizada como apoio pedagógico, principalmente no aspecto da interação social e linguagem. Em sua metodologia citam um roteiro de ações bem definido, favorecendo a manutenção de uma rotina, aspecto esse essencial para as atividades diárias de um aluno autista. O trabalho 2, apesar de ter o mesmo local de pesquisa, apresentou informações mais ricas em relação às propostas e resultados obtidos através das intervenções. Dentro dos resultados, descreveram os comportamentos inadequados apresentados pelas crianças e que através das sessões de equoterapia foram apresentando uma frequência cada vez menor, reforçando objetivos da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) em relação aos comportamentos operantes.

O trabalho 3 foi orientado pelo mesmo professor dos trabalhos 1 e 2, permanecendo assim o mesmo viés em relação a equoterapia. Apesar do viés ser o mesmo, o trabalho 3 apresentou uma riqueza maior de resultados sendo as diferentes formas de evolução do aluno de acordo com o grau de autismo apresentado a mais expressiva. De acordo com o estudo o aluno com autismo baixo apresentou melhoras em

seu relacionamento interpessoal com os colegas de classe favorecendo a inserção social, além de ganhos em coordenação motora e consciência corporal favorecendo o controle durante as atividades. No caso dos alunos-praticantes com autismo moderado e severo, constatou-se avanços consideráveis em suas interações sociais, aumentando a tolerância a pessoas desconhecidas e permanência em ambientes com número grande de sujeitos. Os 3 trabalhos apresentam uma certa linearidade e reforçam a ideia da equoterapia como um suporte pedagógico para o ensino do aluno com TEA.

4.3. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): III Jogos e Brincadeiras (Lúdico).

No artigo 1 é proposto um estudo de caso dentro de uma experiência em sala de uma brinquedoteca sendo o público 14 crianças, sendo 3 com TEA e 1 com Síndrome de Down e as demais comuns. O estudo reforça o papel do mediador para que o processo de inclusão ocorra pois mesmo tendo como uma de suas principais características a dificuldade na interação social, o trabalho realizado em ambiente social inclusivo, potencializado pela ação mediadora dos adultos e colegas mais experientes, as crianças com autismo conseguem superar sua limitação e apresentar atitudes que apontam sua predisposição para compartilhar brincadeiras com os colegas. Não foi descrito nenhuma proposta de intervenção mais objetiva ou plano de aula, concentrando-se mais em um relato de experiência.

O artigo 2 não apresentou resultados pois o mesmo encontrava-se em fase de coleta de dados, na metodologia apresentou apenas o quantitativo de alunos que seriam atendidos, sendo eles com diagnósticos diversos, entre autismo e deficiência intelectual. O artigo 3 possui o mesmo viés do artigo 1, sendo também um relato a cerca das experiências vividas em uma brinquedoteca com um aluno autista, no caso desse aluno as dificuldades de relacionamento foram maiores o que demandou atitudes diferenciadas por parte do brinquedista, revelando assim a individualidade que cada caso em autismo apresenta. Aos poucos a criança, que sempre se afastava e preferia brincar sozinha, começava a sentir prazer em participar de atividades lúdicas com a professora brinquedista. De acordo com o estudo, tal comportamento mostra que, na medida em que a criança com autismo estabelece uma parceria de amizade e confiança com o adulto de seu laço de relações, ela se permite interagir com ele.

4.4. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): IV Autismo e Regime Remoto.

Os dois artigos dessa categoria referem-se ao período de isolamento social vivido durante a pandemia do coronavírus no Brasil. O artigo 1 retrata as ações de um projeto do Laboratório de Atividade Física Adaptada da UFES, que capacitaram os familiares dos alunos assistidos no projeto para exercerem a função de brinquedistas em casa. Ao garantir um processo formativo para as famílias, percebemos que os elementos teóricos apresentados orientaram a essas famílias sobre a importância do brincar, garantindo assim, a continuidade da proposta pedagógica realizada de forma presencial no Laefa. Para além das ações de continuidade, percebeu-se a satisfação dos familiares em fazer parte desse processo formativo, chegando inclusive a externalizar o desejo de continuar os estudos da importância da brincadeira para o desenvolvimento infantil.

Já o artigo 2 retrata dificuldades na obtenção de resultados a partir das intervenções remotas em relação a criança envolvida na atividade. Apesar de não ficar explícito, pode-se notar uma diferença crucial a respeito das dificuldades encontradas e dos resultados obtidos. No artigo 1 o grupo investiu na capacitação online dos pais para que os mesmos exercessem a função de brinquedistas e no artigo 2 os pais permaneceram como coadjuvantes nas ações de atendimento on-line o que gerou uma grande barreira para se obter resposta da criança em relação aos objetivos propostos nas atividades, pois o distanciamento entre brinquedista e aluno permaneceu bastante sensível, fator esse que desfavorece em boa parte os possíveis avanços durante as atividades.

4.5. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): V Proposições na Educação Física Escolar.

O artigo 1 se trata de uma pesquisa-ação onde os autores acompanham o trabalho de uma professora com uma turma heterogênea com 1 aluno autista. De acordo com os autores o diálogo, a mediação pedagógica da professora, o entendimento da educação como um processo, que necessita de sensibilidade, paciência, ousadia e enfrentamento do novo, do desconhecido e principalmente a crença no potencial de todos os alunos, que transcendem suas limitações, são atitudes inclusivistas. A respeito de proposta de intervenção, estudo apostou no Jogo Tradicional como elemento da cultura corporal, nas aulas de Educação Física, possibilitou com seu caráter histórico-cultural, a valorização da liberdade, da autonomia e da participação efetiva dos alunos, permitindo que pudessem

elaborar e reelaborar a forma de brincar, de acordo com seus desejos e interesses, mediados pela ação dialógica do professor.

O artigo 2 relata a experiência de alunos do PIBID frente ao desafio de inclusão de um aluno autista que não havia sido incluído na escola anterior. Não há no trabalho a apresentação de uma proposta de intervenção ou roteiro mais elaborado ficando as atividades focadas mais no campo da socialização.

O artigo 3 se trata de uma revisão bibliográfica a respeito do desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças com TEA. De acordo com os estudos encontrados nessa pesquisa as dificuldades no desenvolvimento motor de crianças com autismo podem ser superadas através das práticas corporais de socialização sendo a EF no ambiente escolar facilitadora do desenvolvimento cognitivo e psicossocial, pois inclusão de esportes, exercícios e outras atividades físicas apresentam melhoras no comportamento do autista. No entanto, as atividades para os autistas não devem ter ênfase em regras fechadas como gincanas, jogos imaginários, pois dificultam a aprendizagem e causam frustrações no aluno, devido à dificuldade em distinguir o real do imaginário.

No artigo 4, a pesquisa se dá através de um relato de experiência de estagio e, apesar da temática autismo, o texto trás informações escassas a cerca das intervenções feitas com esse publico na escola, limitando-se em apenas avaliar as atividades de ensino como “inclusivas”.

Já o artigo 5 se apresenta na perspectiva de que Educação Física e a teoria da Biologia do Conhecer, com um pano de fundo fenomenológico, podendo estabelecer relações, nas quais uma espécie de conversa se estabelece. Essa conversa tem como propósito encontrar, na Educação e, em especial, na Educação Física, possibilidades de diálogo para repensar o sujeito com autismo e o próprio autismo no contexto da Educação. No texto reconhece o papel do educador como mediador do processo de ensino, apostando nas singularidades do aluno autista.

No artigo 6 a característica metodológica principal da proposta é a escolha do aparato em vídeo, que suporte a apresentação de conteúdo, mas que não possua narradores ou diálogos. A função narrativa e o caráter direcional da ação são desenvolvidos pelo professor em uma proposta de composição multimodal do signo. Apesar do diferencial da atividade, o estudo não apresentou resultados expressivos a respeito das melhorias e avanços dos alunos presentes nas atividades.

O artigo 7 se trata de um estudo de caso e uma aula de educação física regular, conteúdo ginastica, onde há a presença de um aluno autista. Entre os estudos dessa

categoria foi o que apresentou mais conteúdo a respeito da proposta de intervenção da professora em promover a inclusão do aluno autista, aliando os interesses do aluno ao conteúdo da aula para que a mesma pudesse criar significado para ele, tendo como resultado a participação do mesmo.

4.6. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): VI Expressão Corporal (Música e Dança).

No artigo 1 deste item, a música e a dança, principalmente a dança popular, trouxeram uma experiência para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo que se configurou em uma ação potente para que os envolvidos percebessem novos sentidos e significados a suas respectivas corporalidades, sem perder de vista suas reais possibilidades de expressão. Ficou claro no artigo, que suas relações sociais melhoraram, favorecendo, seus processos de humanização de forma dialética e transformadora na direção de cidadãos com autonomia e independência para atuar socialmente.

No artigo 2, os autores destacam que os resultados das experiências por meio da vivência do rock ‘n roll pelos de jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo, constituíram-se em um campo fértil e “frutífero”, no qual estes sujeitos puderam ampliar seu acervo cultural de forma criativa e livre, sem perder de vista a possibilidade de construir conhecimentos afetivo através das danças (gestualidade), aos signos e símbolos regionais, aos hábitos, aos costumes, entre outros elementos que os ajudem a melhor compreender os processos históricos e culturais em que se encontram inseridos.

No 3º artigo, fica evidenciado, a partir das intervenções pedagógicas realizadas nas oficinas de Atividades Aquáticas e Corpo Expressão do Espaço Com-Vivências para um Aluno Autista, pôde-se verificar que houve um considerável desenvolvimento do mesmo. Porém, segundo os autores, fica claro que os resultados não foram alcançados apenas em função dos atendimentos e eventos oferecidos nas duas oficinas visto que o aluno recebeu outros atendimentos educacionais e psicológicos que se mostram efetivos, sendo importante reconhecer que os atendimentos se complementam e permitiram um bom desenvolvimento do mesmo.

4.6. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): VII Avaliação de Desenvolvimento Motor.

No artigo 1, os autores concluíram neste estudo que o programa de intervenção psicomotora nas atividades físicas adaptadas para crianças com TEA influenciaram positivamente no desenvolvimento global dessas crianças. Desta forma, eles acreditam que a utilização da psicomotricidade junto às aulas de educação física adaptada é capaz de promover o desenvolvimento de crianças com TEA.

No artigo 2, o autor identificou que houve uma boa correlação com significância entre as variáveis AHEMD total e as variáveis Quociente Motor Fino e Quociente Motor Total, o que não significa que o desempenho das crianças e suas oportunidades de estímulos estejam boas, apenas evidencia assim que as baixas oportunidades de estimulação motora refletiram negativamente nos quocientes motores das crianças em questão. Entretanto, com relação aos sub testes do PDMS-2 os resultados não foram satisfatórios e, podem ser explicados devido à amostra ter sido composta por crianças com Transtorno do Espectro Autista. Transtorno este que acarretam algumas condições específicas nestes indivíduos.

4.7. Categorização dos Artigos CONBRACE (GTT Inclusão/Inclusão e Diferença): VIII Prática de Lutas.

No artigo de número 1 deste item, os autores constatam a deficiência no processo de formação do professor, tendo em vista a escassez de conhecimento sobre a educação especial, o que o motivou a desenvolver aulas pautadas na inclusão de crianças Síndrome de Down (SD) Transtorno do Espectro Autista (TEA), e que coube a ele, por conta própria, buscar conhecimentos em livros, artigos e revistas, e assim, construir seus próprios métodos para ensinar Karatê às crianças. Porém, o aluno deste professor apresentou uma evolução gigante, principalmente no que diz respeito a sua disciplina, concentração, habilidade motora e socialização. O esporte é hoje uma manifestação sociocultural de múltiplos significados, sendo um deles o educacional, o que pode nos ajudar na compreensão das lutas nesse contexto.

No artigo 2, os autores investigaram as contribuições da prática desportiva do judô para o desenvolvimento global do aluno com TEA e, por ser uma prática estruturada, o judô propicia o desenvolvimento do equilíbrio estático, a lateralidade e a noção de reversibilidade, essas funções de base são necessárias na aquisição da autonomia e nas aprendizagens cognitivas, essenciais no desenvolvimento de qualquer pessoa e, especialmente, em pessoas com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto nesse trabalho, pode-se perceber que o tema tem ganhado certo destaque com o passar dos anos, a quantidade de trabalhos encontrados nos eventos demonstra isso. No entanto muitos deles apenas comentam sobre a temática do Autismo, carecendo em muito de embasamento científico, principalmente a respeito das propostas de intervenção.

Há atualmente uma ciência para orientar as intervenções para esse público, a Análise Comportamental Aplicada (ABA) que orienta ações que funcionam ou não para o tratamento dos mais variados níveis do TEA, todavia em nenhum dos achados desse trabalho, essa ferramenta foi citada diretamente. Isso nos remete ao desconhecimento do contexto em que muitos vão se inserindo, seja nos estágios supervisionados ou nos espaços de trabalho mesmo, onde prevalecem o empirismo pelo desconhecimento do profissional.

Sobre o processo de inclusão, percebeu-se em grande parte dos achados a inclusão como resultado apenas no âmbito da sociabilidade. É preciso ir além. Faz-se necessário um trabalho gradual, especializado e de forma interdisciplinar, visando que a criança se desenvolva na melhor de suas oportunidades, trabalhando em cima dos seus comportamentos operantes, buscando alcançar graus de autonomia e consciência para poder alcançar a real inclusão.

Esse estudo revelou também as disparidades já conhecidas entre as regiões do Brasil. Grande parte dos estudos se concentrou na região Sudeste e região Sul. O Norte só veio figurar a partir das edições mais recentes, porém ainda em baixa quantidade, revelando a escassez de investimentos em produção de conhecimento na área do autismo no cotidiano das universidades do Norte.

No entanto, a maioria dos estudos, de modo geral, não apresentaram propostas de intervenção mais direcionadas, o que nos remete a precariedade na formação do profissional de educação física nesse contexto do Transtorno do Espectro Autista, principalmente relacionado às práticas baseadas em evidências.

Como bem visto, o autismo ainda é um terreno inseguro, um conceito movediço que possui uma história muito recente, mas que já sofreu enormes transformações nesse caminho. Essa posição, no entanto, não deve ser paralisante, pelo contrário, deve exigir sermos tão dinâmicos quanto o tema demanda, que estejamos sempre atentos as novas pesquisas e abertos a mudar nossa compreensão sempre que os dados nos oferecerem base para isso.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5ª ed., São Paulo – SP, 2014, 10º vol.

BRASIL; Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana).

BRASIL; Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020 (Lei Romeu Mion).

CID-11 para Estatísticas de Mortalidade e Morbidade (CID-11 MMS); Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en> Acesso em: 18 de fev. de 2022.

CARVALHO, I. Rosa; et al. A linguagem como instrumento de inclusão social: uma experiência de ensino do hip hop para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo; Movimento, Porto Alegre, v. 26, e26033, 2020.

CHEREGUINI, Paulo; MOTA, Tassiany dos Santos; MAXIMINO, Jessica Ribeiro; Educação física especial aplicada ao autismo no brasil: avanços recentes e perspectivas de atuação; 2019.

CHEREGUINI, P. A. C; SANTOS, T; Maximino, Jessica Ribeiro. Educação física especial aplicada ao autismo no Brasil: avanços recentes e perspectivas de atuação. Brazilian Journal of health Review, v. 3, p. 7722-7728, 2020.

FERNANDES F. D. M., AMATO C. A. L.H.; Análise de Comportamento Aplicada e Distúrbios do Espectro do Autismo: revisão de literatura; ABA e Autismo; CoDAS 2013;25(3):289-96

LACERDA, Lucelmo; Transtorno do Espectro Autista: uma brevíssima introdução. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2018. 118p.

LACERDA. Lucelmo; Inclusão Escolar em autismo: muito além da socialização. In: Andre Lobe; Kaka Koerich Busch Lobe. (Org.). Propósito azul: uma história sobre autismo. 1ed.São Paulo: nVersos, 2020, v. 1, p. 135-142

MAS, N. Andrade; Transtorno do Espectro Autista – história da construção de um diagnóstico; São Paulo; 2018.